

POLICY PAPER - SEGURANÇA E CIDADANIA



# ENCARCERAMENTO FEMININO

Policy Paper - Segurança e Cidadania

# **ENCARCERAMENTO FEMININO**

Rio de Janeiro

**FGV DAPP**

2018

## Mulheres e Prisão

O crime de tráfico de drogas é, atualmente, o principal responsável pelas prisões de mulheres no Brasil. Por trás disso estão instituições jurídicas e policiais que buscam controlar e punir os envolvidos com esse crime. Nesse sentido, este texto buscará analisar as estatísticas oficiais de encarceramento feminino a partir da abordagem conceitual de uma sociedade disciplinar [1], que lança mão de mecanismos para assegurar a ordem e o controle dos indivíduos.

A busca pela diminuição do comércio ilícito de drogas – a chamada “Guerra às Drogas” – também impacta, de diversas maneiras, aqueles que fazem parte da vida do condenado ou da condenada por crimes relacionados a esse comércio, como, por exemplo, os seus familiares. Com base nessa premissa, serão levados em consideração dados sobre o perfil das encarceradas e a problemática materno-infantil existente na sua condenação, já que uma especificidade do encarceramento feminino é a relação dessas mulheres com os seus filhos – quer seja porque estão grávidas ou porque são lactantes ou, ainda, porque seus filhos são menores de idade e ficam sozinhos, sem responsáveis diretos. Cabe ressaltar que, em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus [coletivo para mulheres grávidas ou com filhos de até 12 anos de idade e que estivessem cumprindo prisão preventiva, gerando um grande debate, sobretudo nas redes sociais, sobre essa questão.](#)

É pertinente apontar que, entre os anos de 2005 e 2016, houve um crescimento vertiginoso das taxas de mulheres presas no país, como será mostrado a seguir, embora esses números de penalização permaneçam inferiores às taxas de aprisionamento masculino [2]. Nessa perspectiva, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV DAPP) **busca contribuir com todo esse debate, por meio da análise de dados inéditos cedidos pelo Centro de Estudos e Pesquisa da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP)**, lançando um olhar sobre as mulheres que ingressaram no sistema carcerário fluminense no período de janeiro de 2013 até março de 2018. Da mesma forma, pretende-se estabelecer um cruzamento dessas informações com as publicadas sobre mulheres encarceradas no Brasil – conforme dados do Infopen/Depen 2016, quando se olha o estado do Rio de Janeiro.

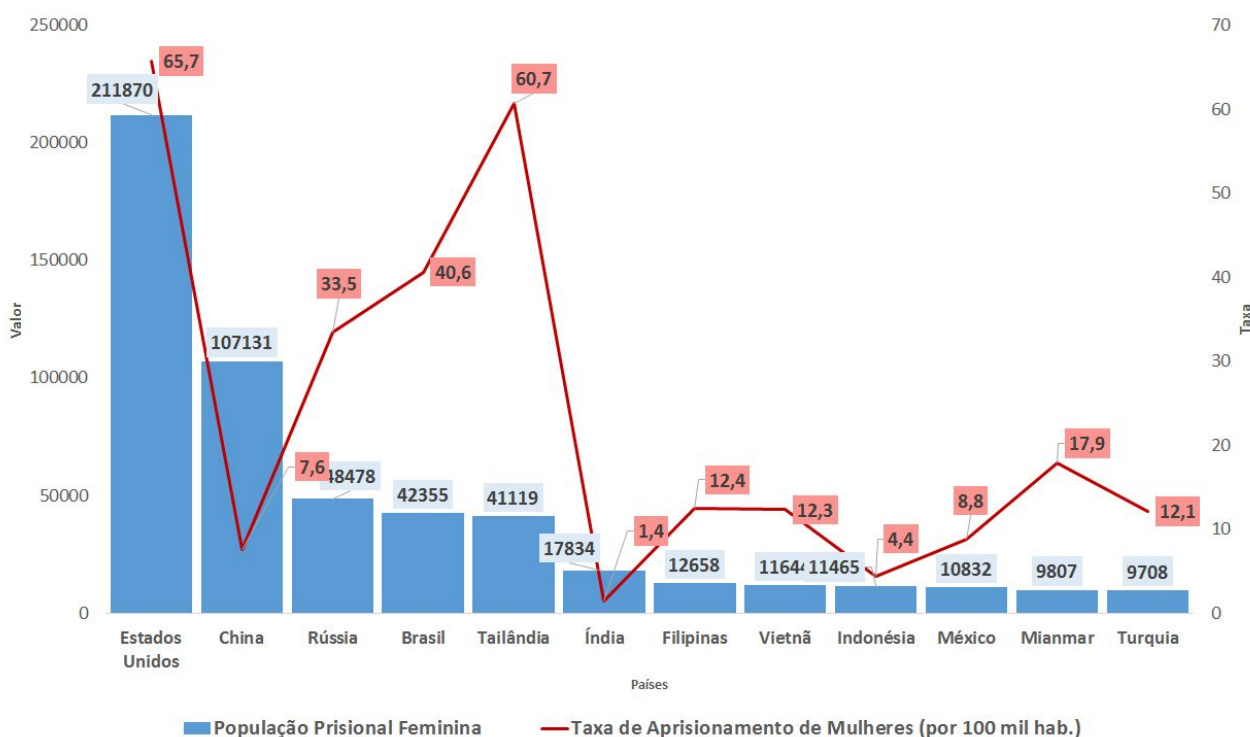
## O aprisionamento de mulheres no Brasil

O interesse de pesquisadores [3] sobre o universo do encarceramento feminino vem crescendo no Brasil desde fins da década de 1990, momento em que se inicia uma escalada de aprisionamento de mulheres nas penitenciárias brasileiras. Esse olhar dos pesquisadores se insere em uma perspectiva interdisciplinar, que busca abordar aspectos sobre a imagem da mulher na sociedade contemporânea, além de pôr em perspectiva os números do país, já que 5,5% da população carcerária mundial é composta por mulheres, enquanto que 6,4% das pessoas presas no Brasil são do sexo feminino [4].

Sabe-se que, com a promulgação da Lei 11.343 [5] em 2006, houve um endurecimento das penas contra o tráfico de drogas no país, fazendo com que aumentasse o contingente de indivíduos nas cadeias brasileiras a partir desse ano. No que diz respeito ao encarceramento feminino, entre os anos de 2000 e 2016, houve um crescimento de mais de 567% desse grupo nas penitenciárias, revelando que, nesses dezesseis anos, houve uma explosão da população carcerária feminina de 5.600 para 42.355 mulheres.

O Gráfico 1, a seguir, revela que, em 2016, o Brasil estava em 3º lugar na lista dos países com maior número de mulheres encarceradas no mundo, quando se compara à taxa de 100 mil habitantes, ficando na frente da Rússia e da China, países com quantitativo populacional superior ao brasileiro.

**Gráfico 1 - Informações prisionais dos países com maior população prisional feminina (Janeiro/2016 a Março/2016, por taxa da população feminina residente)**



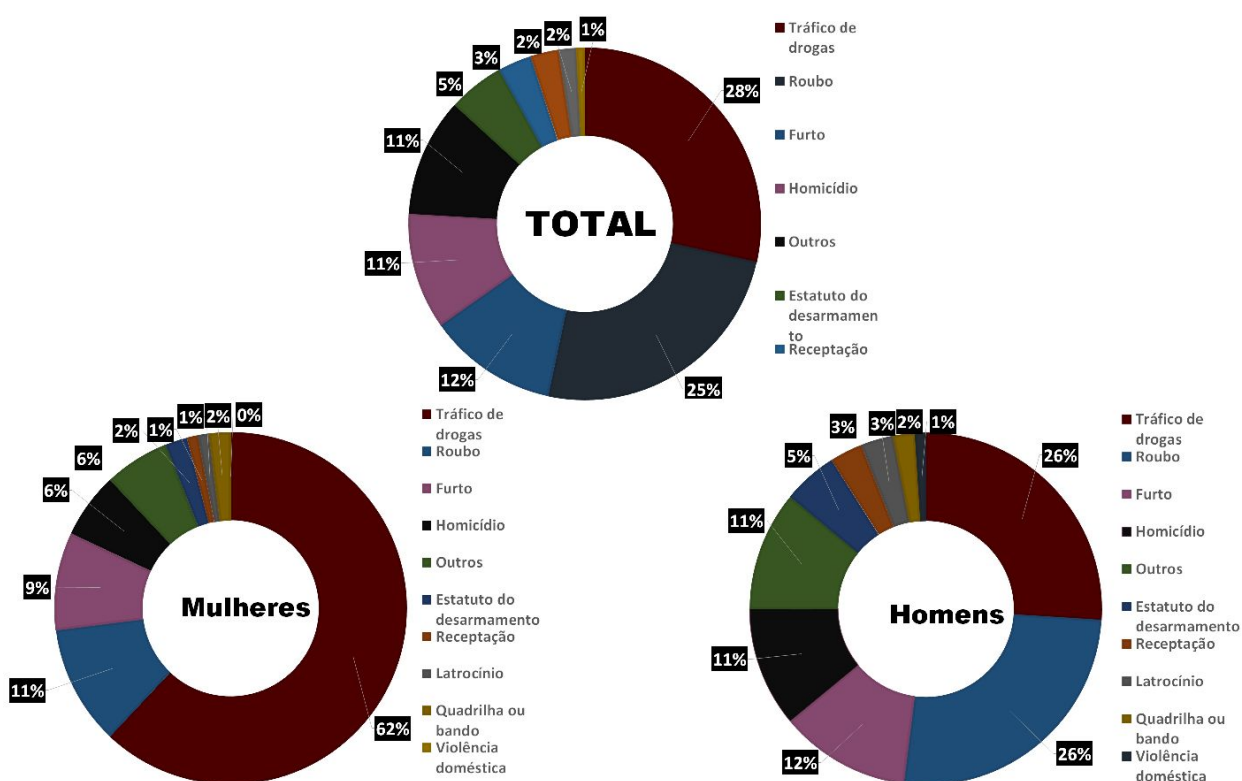
Fonte: Infopen/Deppen, 2016, elaborado pela FGV DAPP.

O Mapa 1 mostra os estados brasileiros com as maiores taxas de concentração de presas para o ano de 2016. Acre (7,1), Amazonas (9,2), Rondônia (8,2), Roraima (6,7) e Mato Grosso do Sul (11,3) são os locais que possuíam maior quantitativo de mulheres encarceradas.



No que diz respeito aos tipos de crimes que causaram a condenação de mulheres, verificou-se que a maior parte delas é condenada por tráfico de drogas, o que vai ao encontro da publicação da chamada “Lei de Drogas”, anteriormente citada, que aumentou o quantitativo de entradas, sobretudo de mulheres, no sistema prisional brasileiro [6].

**Gráfico 2 - Tipo de crimes que levaram à condenação de homens e de mulheres no Brasil (Janeiro/2014 a Dezembro/2014)**



Fonte: DATACRIME, elaborado pela FGV DAPP.

Já, em relação aos tipos de presídios, é interessante observar que há um quantitativo maior de presídios mistos (17%), no Brasil, do que voltados especificamente para o encarceramento feminino (7%). Conforme evidencia o relatório “Infopen Mulheres” [7], publicado em 2014, 90% das unidades mistas são consideradas inadequadas para as gestantes encarceradas. Enquanto que nas unidades especificamente voltadas ao encarceramento feminino, esse número cai para 49%. Além disso, a presença de berçário e/ou centro de referência para mulheres nas unidades mistas era de 3%, enquanto que, nos presídios específicos para mulheres, esse percentual era de 32%. E, ao se tratar da existência de creches,

as penitenciárias mistas declararam não possuir esse recurso nas suas unidades. Em contrapartida, 5% das unidades femininas afirmaram possuir creches, o que ainda é um percentual baixo frente à necessidade de atendimento aos filhos de mulheres encarceradas, já que a maioria das presas – aproximadamente 64% – revelaram ter, pelo menos, um filho.

## **Cenário do encarceramento feminino no Rio de Janeiro**

A situação da segurança pública no estado do Rio de Janeiro faz com que exista uma necessidade de se observar, por diferentes ângulos, a problemática relacionada à criminalidade nesse estado. Para tanto, em parceria com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, a FGV DAPP buscou analisar dados sobre o perfil prisional das mulheres no estado fluminense, relacionando-os com o contexto nacional.

O recorte temporal estabelecido nesta análise foi de janeiro de 2013 a março de 2018. Durante esse período, foram contabilizadas 32.897 mulheres encarceradas no estado do Rio de Janeiro. Desse grupo, 17.106 mulheres foram condenadas por tráfico de drogas, o que representa 52% do total de detentas. O tráfico de drogas figura, assim, como o principal responsável pelo encarceramento feminino no Rio de Janeiro, como pode ser observado no Gráfico 3. No entanto, devem se pontuar as formas de inserção dessas mulheres no mercado de drogas ilícitas, pois, como mostrou Chernicharo (2014, p. 3), na “estrutura do mercado de drogas ilícitas, as mulheres ocupam as posições mais subalternas, como mula, avião, bucha, vendedora, fogueteira, vapor etc.” [8]. Isso as torna mais vulneráveis frente a possíveis prisões, pois essas funções demandam contato direto com as mercadorias ou com serviços para traficantes.

**Gráfico 3 - Tipos de crime que levaram à condenação de mulheres no Rio de Janeiro (Janeiro/2013 a Março/2018)**



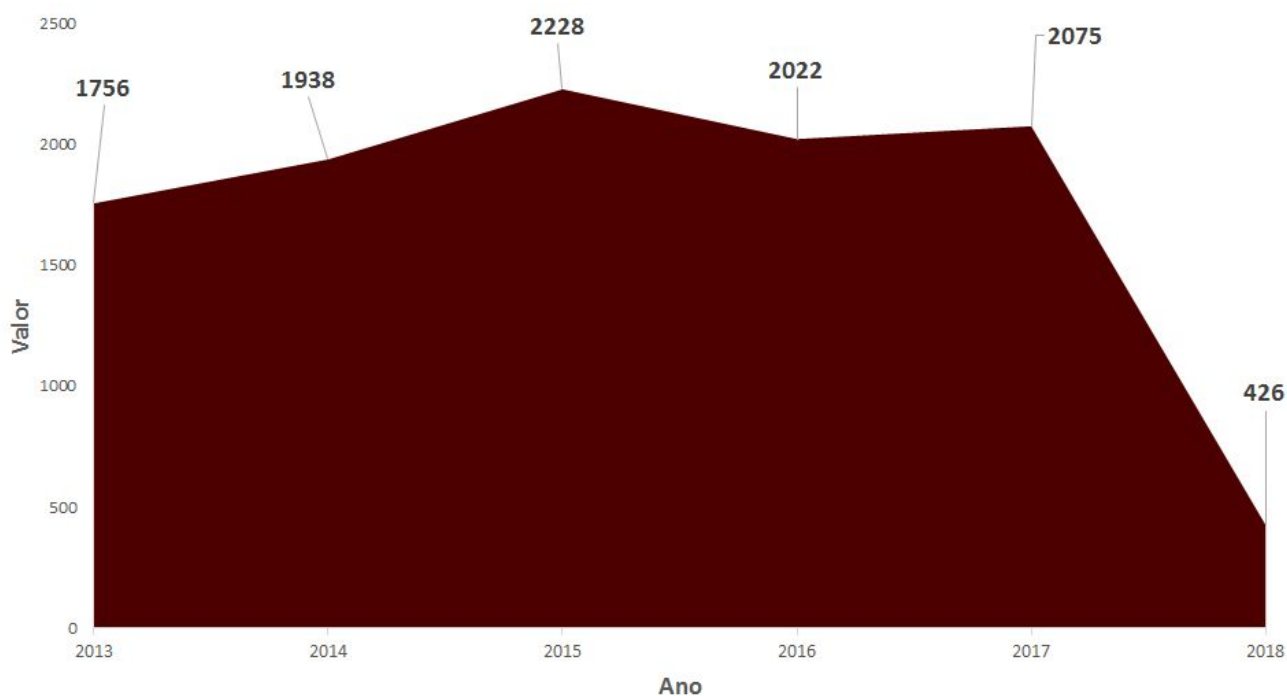
Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

Um dos fatores que eleva o quantitativo de encarceramentos femininos por tráfico de drogas seria o fato de a legislação no Brasil não distinguir os diferentes níveis de atos ilícitos vinculados a esse crime, colocando todas as condutas sujeitas às mesmas penalidades. Como foi descrito anteriormente, a maioria das mulheres presas ocupavam funções subalternas na cadeia econômica do comércio de drogas ilícitas, não integrando nem a gerência do tráfico, nem a posição de grandes traficantes [9]. Além disso, na interpretação da legislação, há dificuldade de distinguir o que é considerado consumo do que de fato se caracteriza como tráfico de drogas, sendo o enquadramento legal submetido à decisão policial.

No que diz respeito ao número de encarceradas no estado do Rio de Janeiro, nota-se que, entre os anos de 2013 e 2017, houve um aumento considerável no número de mulheres presas, tendo esse número alcançado 18,17%, conforme o Gráfico 4 abaixo.



**Gráfico 4 - Série temporal da data de ingresso por ano das presas no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro (Janeiro/2013 a Março/2018)**



Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

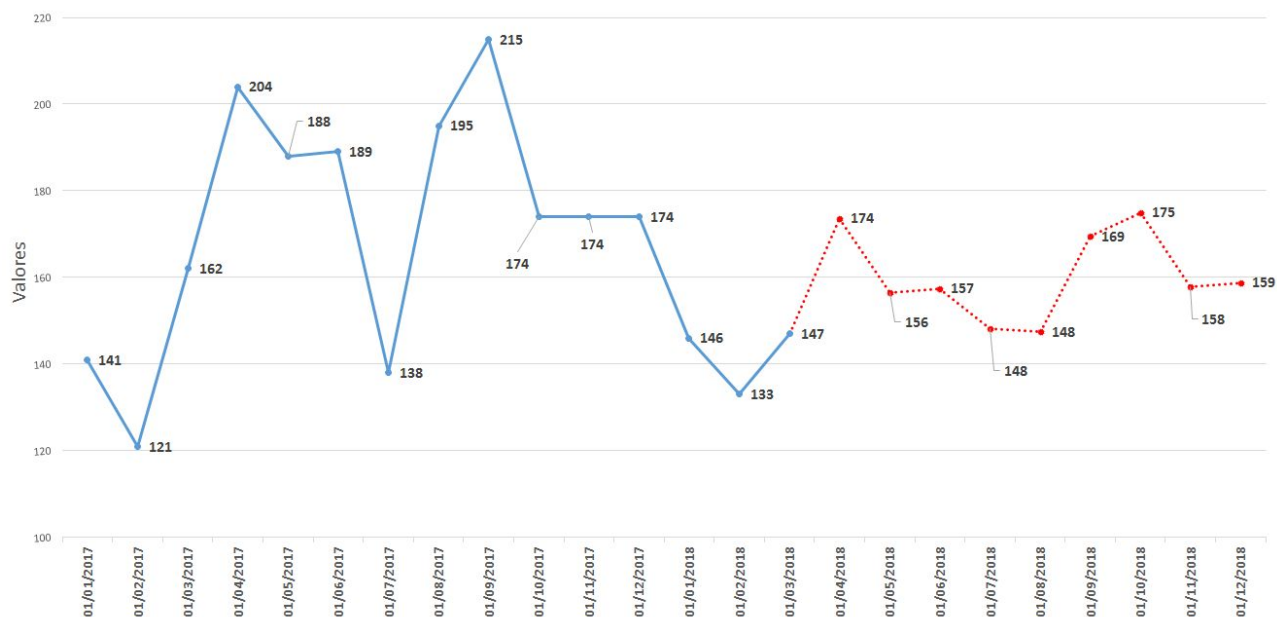
Nota: Os dados de 2018 são referentes aos meses de janeiro a março.

A partir da série de dados sobre o sistema carcerário feminino no estado fluminense, entre 2013 e março de 2018, construiu-se um modelo para se prever o número de mulheres presas ao longo do tempo. Com isso, pode ser observado no Gráfico 5 que, se o encarceramento feminino se mantiver na frequência que estava até março de 2018, o estado fluminense terá encarcerado aproximadamente mais 1.444 mulheres até o final desse mesmo ano.

Cabe ressaltar que, segundo dados fornecidos pela SEAP para o Jornal Extra, jornal de ampla circulação no estado do Rio de Janeiro, “o número de detentos que ganharam liberdade no estado do Rio ficou apenas 7% abaixo da quantidade de pessoas presas no mesmo período” [10]. Essa informação revela que existe uma baixa taxa de acúmulo de detentos no estado devido, segundo a publicação, à implementação das audiências de custódia, à crise financeira do estado e aos diversos benefícios concedidos pela Vara de Execuções Penais do estado – como, por exemplo, a digitalização de processos. No entanto, apesar de o estado do Rio de

Janeiro manter apenas aproximadamente 7% do excedente de pessoas presas, o seu sistema prisional ainda opera 96% acima da capacidade [11]. Por essa razão, se faz necessário considerar penas alternativas para determinados delitos, além de acelerar o julgamento de presos e presas provisórios.

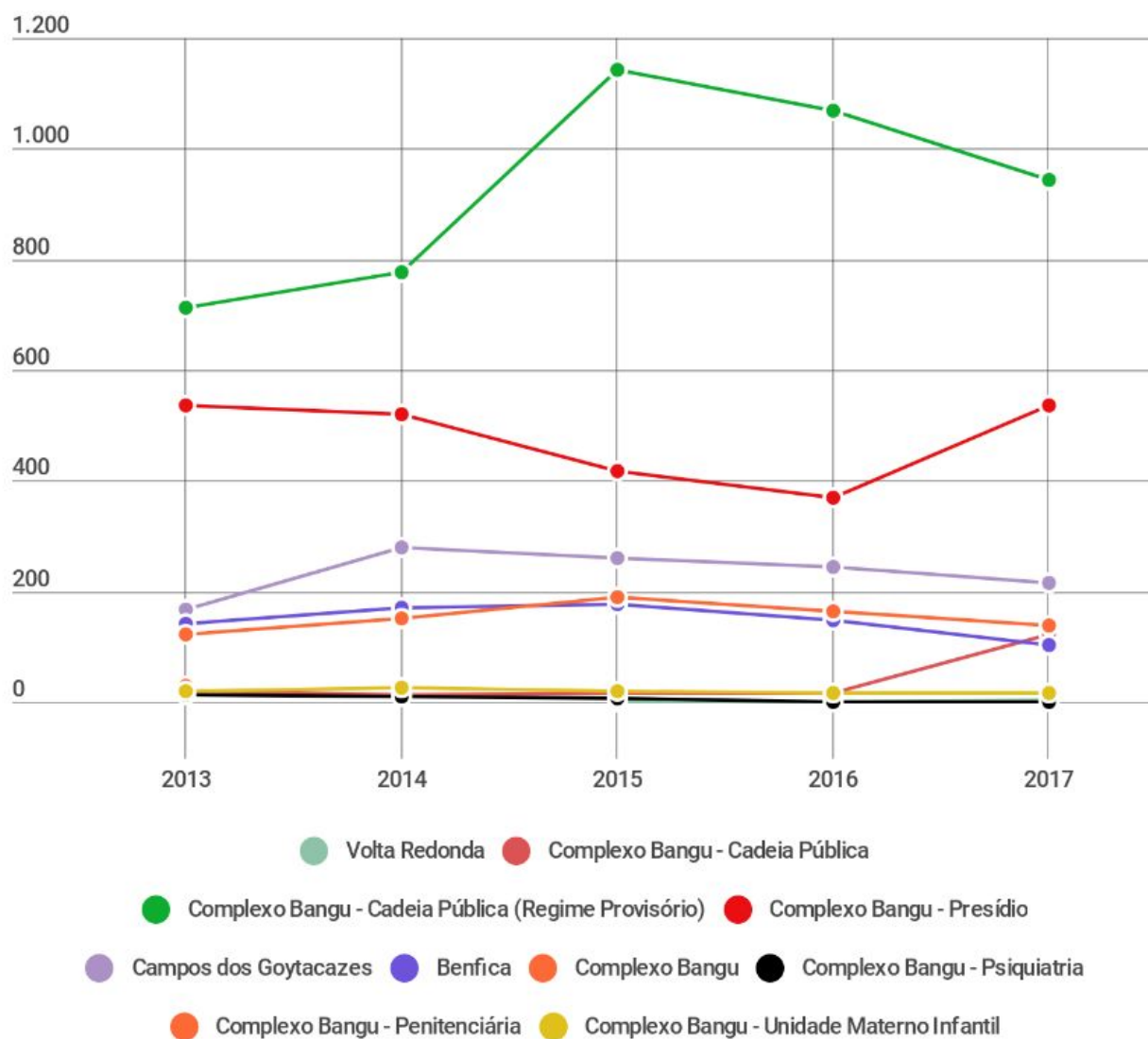
**Gráfico 5 - Previsão do quantitativo de mulheres presas por mês até dezembro de 2018 [12]**



Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

Ao se observar as unidades penais do estado do Rio de Janeiro, verificou-se que a grande maioria das mulheres presas está na Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, no Complexo Bangu, local específico para presas provisórias [13]. Ou seja, essa é a porta de entrada das encarceradas no sistema penal fluminense. O número elevado de presas e presos aguardando julgamento reflete a realidade de diversas prisões brasileiras que possuem um número expressivo de presas e presos provisórios. Nesse caso, não é um problema específico do encarceramento feminino, mas do próprio sistema penal do país.

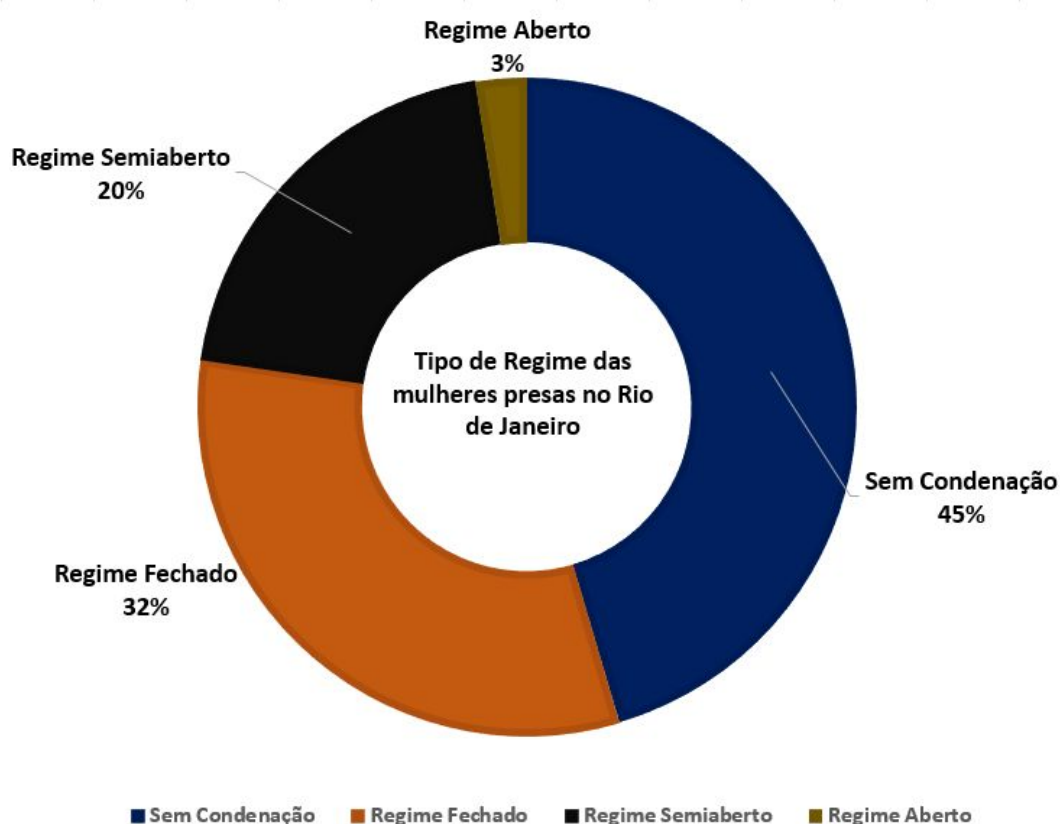
**Gráfico 6 - Quantidade de presas por unidade prisional e ano, no estado do Rio de Janeiro (Janeiro/2013 a Dezembro/2017)**



Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

A característica do encarceramento das mulheres no estado do Rio de Janeiro é composta, como foi abordado anteriormente, de aproximadamente 45% de presas sem condenação, com 32% das presas cumprindo regime fechado.

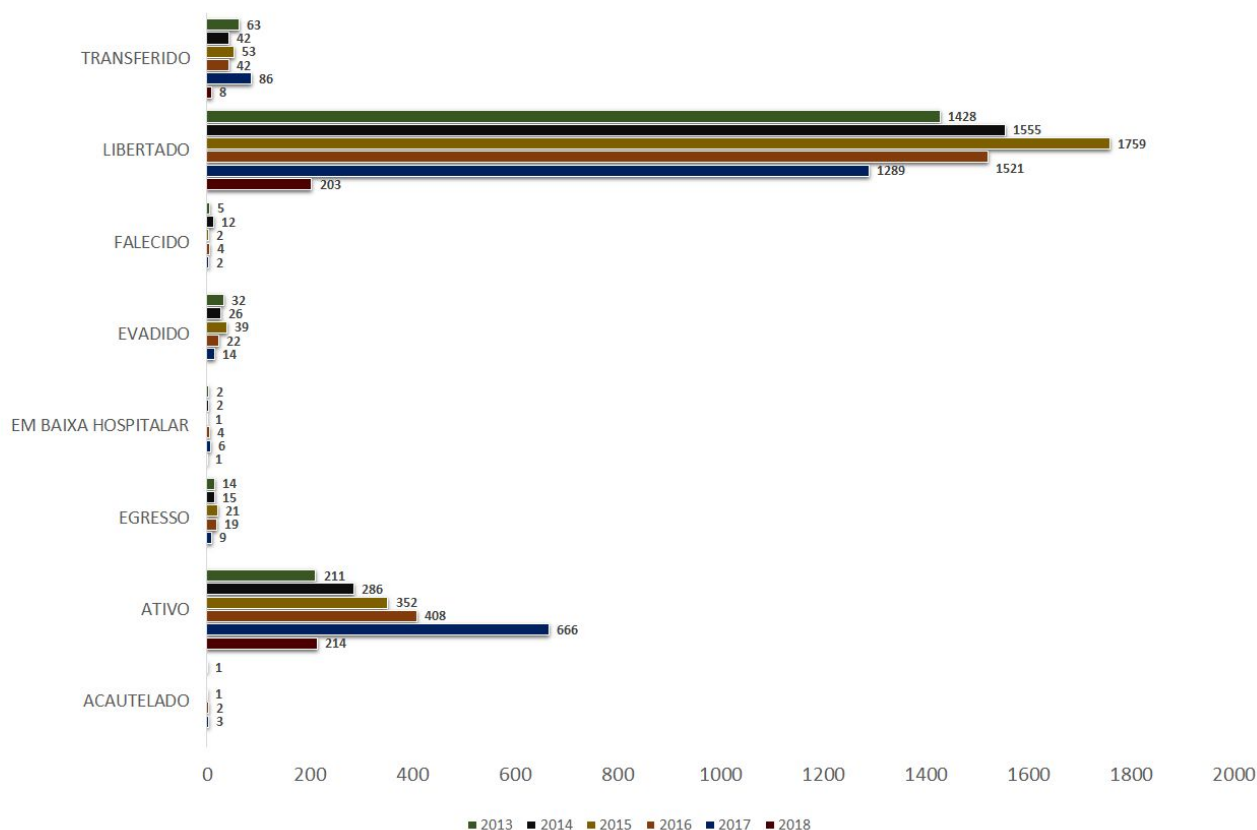
**Gráfico 7 - Natureza da condenação das mulheres  
no Rio de Janeiro (Janeiro/2016 a Dezembro/2016)**



Fonte: Infopen/Depen, 2016, elaborado pela FGV DAPP.

Além das presas sem condenação, outra categoria com alguma expressividade no cenário carcerário do Rio de Janeiro é composta de presas libertadas. Essa categoria, de acordo com informações da Secretaria de Administração Penitenciária, não está ligada às presas que cumpriram a sua pena e saíram do sistema – essa categoria é denominada presas egressas –, mas, sim, àquelas que estão em regime semi-aberto ou que receberam o benefício de liberdade condicional.

**Gráfico 8 - Quantitativo de presas por situação e ano de ingresso no sistema prisional no estado do Rio de Janeiro, para os períodos (Janeiro/2013 a Março/2018)**

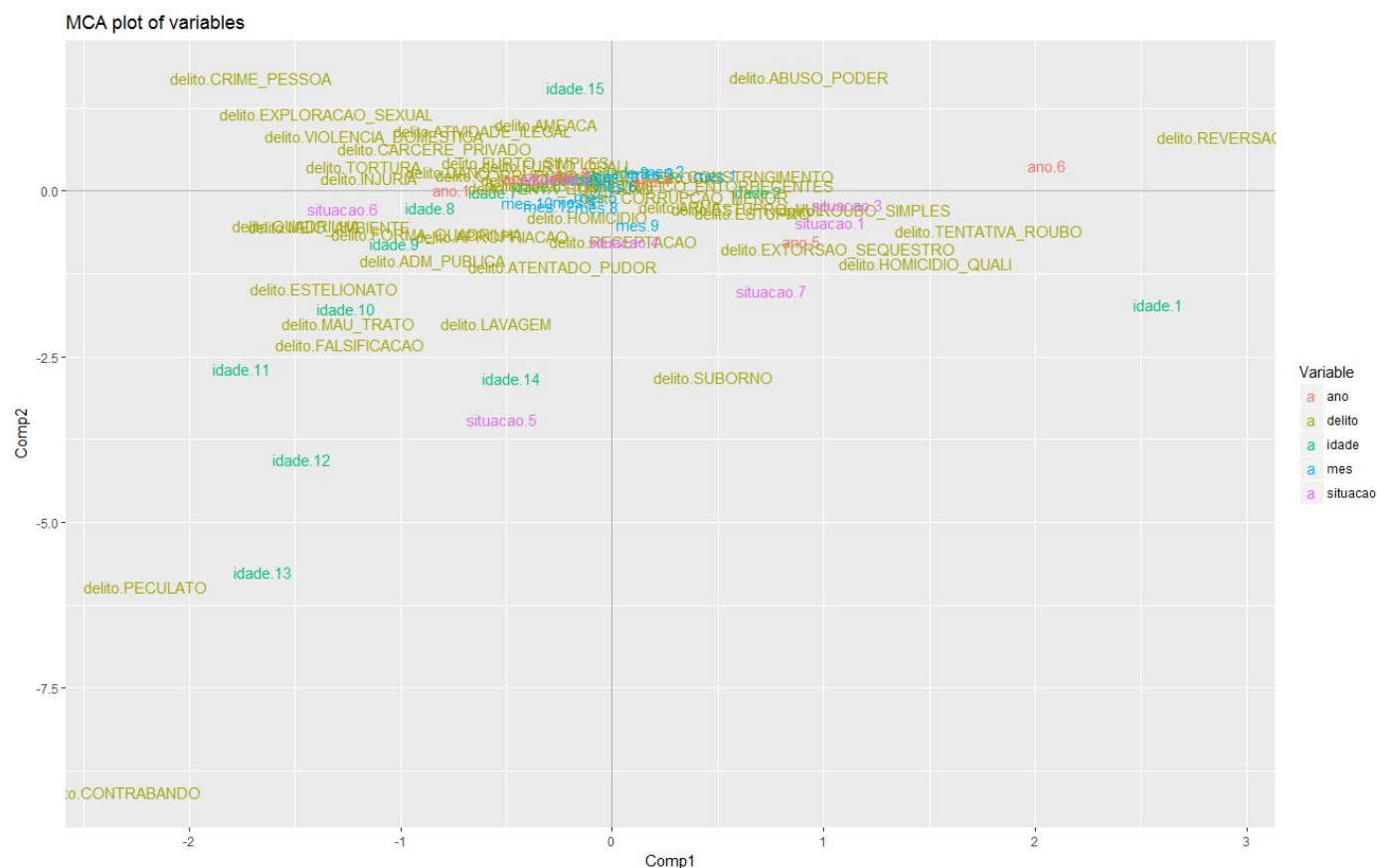


Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

Em relação ao perfil das mulheres presas no estado do Rio de Janeiro, por meio de uma análise estatística multivariada, denominada *Análise de Correspondência Múltipla*, notam-se os diferentes padrões a respeito de um conjunto de características (variáveis) desse objeto de estudo. Com base nessa análise, o escopo principal desse estudo foi o de relacionar a distribuição de mulheres presas com a situação e o seu tempo de condenação, o delito cometido e a sua idade. Como pode se observar, mulheres com idades mais avançadas (acima de 50 anos) tendem a se envolver mais com os seguintes tipos de crimes: lavagem de dinheiro, maus-tratos, falsificação, peculato e contrabando. No entanto, quando se analisou o perfil de mulheres mais jovens (18 a 30 anos), constatou-se a relação das mesmas com crimes do tipo: violência sexual, ameaça, cárcere privado e tráfico de drogas. Nota-se, após a aplicação da metodologia multivariada, que algumas categorias de crime – tais como tráfico de drogas – estão atraindo indivíduos cada vez mais jovens, devido à ampliação do mercado de drogas ilícitas no Brasil e à necessidade da utilização de diferentes perfis para as variadas funções dentro da sua hierarquia. Em razão da ampliação do tráfico de drogas, mulheres jovens estão mais envolvidas com esse tipo de crime do que as mulheres mais velhas.

De acordo com Chernicharo (2014), a inserção das mulheres “em atividades relacionadas ao mercado de drogas ilícitas deve ser analisada frente ao incremento dos níveis de pobreza e do desenvolvimento acelerado da economia informal” [14].

### Gráfico 9 - Análise de Correspondência Múltipla com base nas informações da SEAP (Janeiro/2013 a Março/2018)



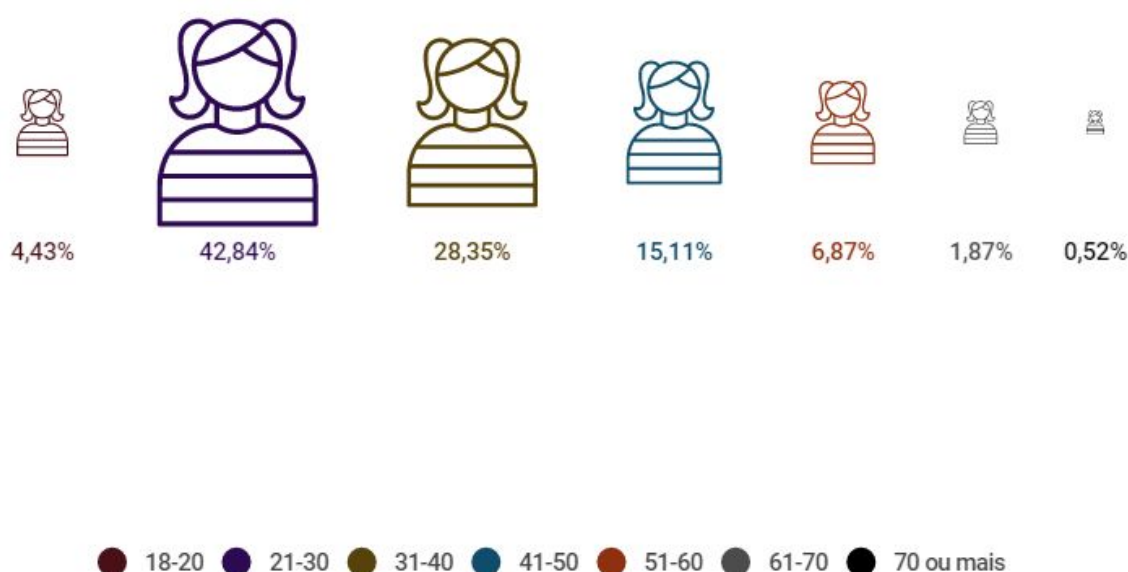
Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP. Ver notas no apêndice 1.

Essa premissa está de acordo com a hipótese norteadora deste estudo, que busca abordar como é o universo das mulheres no sistema penal fluminense e qual é o seu perfil. Sabe-se que 65% das presas no estado do Rio de Janeiro são negras<sup>1</sup>, tendo, em sua maioria, ensino fundamental incompleto (58%) e estado civil indicado como solteira (86%) [15]. De acordo com dados fornecidos pela SEAP, a faixa etária das presas no Rio de Janeiro é de jovens entre 18 a 30 anos (47,27%). Tal informação traz novos desdobramentos para a elaboração de políticas públicas pois indica que o encarceramento feminino, no estado fluminense, concentra mulheres que fazem parte da população em idade ativa e que também,

<sup>1</sup> Dentre as opções de respostas disponíveis para autodeclaração das apenadas fornecida pela SEAP.

como mostra a bibliografia sobre o tema, são mães e, na sua grande maioria, chefes de família. Isso aumenta o impacto da questão prisional dessas mulheres, já que uma parte significativa das penitenciárias no Brasil não possui estrutura adequada para o atendimento aos filhos das detentas [16].

**Figura 2 - Faixa etária de mulheres presas no estado do Rio de Janeiro  
(Janeiro/2013 a Março/2018)**



Fonte: SEAP, elaborado pela FGV DAPP.

De acordo com relatório feito pelo Instituto Sou da Paz, as mulheres presas integram grupos de vulnerabilidade e exclusão social, já que a maioria delas é chefe de família com filhos menores de 18 anos. Ainda de acordo com o mesmo relatório, mais de 90% dessas mulheres foram vítimas de violência em algum momento da sua vida – quando criança ou na fase adulta [17].

A maternidade das mulheres presas é outra questão que vem sendo problematizada em diversos trabalhos sobre encarceramento feminino [18]. De acordo com o relatório sobre prisões femininas produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) [17], em 2017, grande parte das cadeias brasileiras não possui infraestrutura adequada para o acolhimento das mães e dos seus filhos, o que gera um grande impacto na vida das crianças. Os dados do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, elaborado pelo CNJ, mostra que, em maio de 2018, no estado do Rio de Janeiro, onze mulheres presas eram gestantes e dez eram lactantes. Apesar de esse universo representar aproximadamente 5% do total das mulheres presas em maio de 2018, é importante ter esse dado em perspectiva, já que, no estado inteiro, existe uma única prisão materno-infantil.

**Gráfico 10 - Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes  
para o estado do Rio de Janeiro (Dezembro/2017 a Maio/2018)**



Fonte: CNJ, Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes, elaborado pela FGV DAPP.

Essa não é uma realidade exclusiva do estado do Rio de Janeiro. As penitenciárias brasileiras, de modo geral, carecem de melhor estrutura para proteção dos filhos menores das reclusas, o que incluiria, por exemplo, uma estrutura de creche. Essa situação acarreta diversos problemas que afetam o desenvolvimento infantil, criando uma dificuldade adicional aos filhos das detentas.

Maria J. de Moura (2005, p. 73), ao entrevistar mulheres encarceradas no estado do Ceará, observou que, nas falas das presas, era marcante o sentimento de culpa, pois “elas entendem que os filhos também são sentenciados e a penalidade estaria expressa na sua ausência e na falta de quem lhes preste assistência” [19].

Essa citação encontra suporte em uma série de estudos sobre a formação de habilidades e desenvolvimento infantil. Em estudos prévios da FGV DAPP [20] [21], foram apontadas algumas justificativas para intervenções na primeira infância visando à mitigação



dos efeitos negativos da vulnerabilidade social no desenvolvimento das crianças. A falta de estrutura adequada para o cuidado, na primeira infância, dos filhos de mulheres encarceradas e a ausência da mãe nos primeiros meses de vida, bem como o possível contexto de violência que pode existir em ambientes prisionais, podem comprometer o desenvolvimento infantil de diversas formas, a saber:

- (a) problemas na formação do córtex pré-frontal de um indivíduo [22], que causa implicações diretamente no desenvolvimento das suas habilidades cognitivas. Cunha e Heckman (2006) mostram que há um hiato no desenvolvimento dessas habilidades em crianças em situação de vulnerabilidade social em comparação com crianças em situação mais privilegiada;
- (b) a proximidade física de fatos violentos aumenta o efeito perverso que a sua exposição exerce sobre crianças e adolescentes [23]. Ou seja, quanto mais próximo das crianças é o ato violento, maior é a probabilidade de elas apresentarem sintomas negativos advindos dessa exposição;
- (c) crianças e adolescentes podem desenvolver comportamentos similares ao de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) após a exposição à violência. Os sintomas tradicionalmente ligados ao TEPT afetam processos cognitivos, tais como a memória, a capacidade de manter a atenção, de planejamento e de resolução de problemas [24]. Além disso, a exposição à violência desencadeia problemas de convivência entre pares, uma vez que a exposição a situações de estresse pode afetar o volume do hipocampo, área do cérebro ligada à capacidade de controle emocional [25]; e
- (d) essas crianças estão, em geral, menos sujeitas a práticas parentais de reiteração de interações sociais ligadas à realização de tarefas e, frequentemente, entram na escola com menos horas acumuladas de leitura acompanhada [26]. Isso gera um impacto direto nas habilidades desenvolvidas pelas crianças, antes mesmo de atingirem a idade escolar.

Diante do exposto, o habeas corpus coletivo concedido para presas em caráter provisório que são mães, seria uma medida necessária para a redução de danos aos filhos dessas mulheres [27]. Além disso, investimentos na primeira infância geram um retorno proporcionalmente maior para o futuro das pessoas do que investimentos realizados em qualquer outra fase da vida. Neste caso, aplicações de recursos na formação futura dos indivíduos podem ter um efeito muito reduzido em comparação com intervenções na primeira infância, que visam fornecer melhor qualidade de vida para os filhos das mulheres encarceradas e, em consequência, para elas próprias.

## **Considerações Finais**

O objetivo deste trabalho foi o de demonstrar o perfil das mulheres encarceradas no estado do Rio de Janeiro a partir de dados atuais fornecidos pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). O foco do estudo foi problematizar a questão do aumento da condenação de mulheres no sistema penal brasileiro, compreendendo que, na sua maioria, são jovens, negras, com baixa escolaridade, presas por tráfico de drogas e em condição provisória as ocupantes das vagas dos presídios fluminenses.

Vale ressaltar que, como foi demonstrado ao longo do estudo, algumas dessas mulheres são mães, gestantes ou lactantes. Entretanto, grande parte das penitenciárias brasileiras ou fluminenses não possui infraestrutura adequada para o encarceramento destas, o que gera consequências graves para o desenvolvimento futuro destas crianças.

## Recomendações de Políticas Públicas



**Ampliação de unidades materno-infantil para mulheres encarceradas no Brasil;**



**Reestruturação de presídios exclusivos para mulheres para que possua infraestrutura adequada para a reclusão das apenadas;**



**Investimentos em ações para primeira infância focadas em filhos de mulheres encarceradas;**



**Ampliação de ações focadas em jovens e adultos para diminuir a inserção de mulheres jovens no mercado de drogas ilícitas;**



**Promoção de mecanismos para acelerar o julgamento das presas provisórias;**

### Apêndice 1

#### Notas do Gráfico 9 - Análise de Correspondência Múltipla com base nas informações da SEAP

Dicionário de nomenclaturas

Ano	Código
2013	1
2014	2
2015	3
2016	4
2017	5
2018	6

Faixa Etária	Código
18-19	1
19-24	2
24-30	3
30-34	4
34-39	5
39-44	6
44-50	7
50-54	8
55-59	9
60-64	10
65-69	11
70-74	12
75-79	13
80-84	14
84 ou mais	15

Mês	Código
Janeiro	1
Fevereiro	2
Março	3
Abril	4
Maio	5
Junho	6
Julho	7
Agosto	8
Setembro	9
Outubro	10
Novembro	11
Dezembro	12

Situação	Código
Em Baixa Hospitalar	1
Libertado	2
Ativo	3
Egresso	4
Transferido	5
Falecido	6
Acautelado	7

## Referências

**[1]** "Sociedade disciplinar" é um conceito formulado pelo filósofo Michel Foucault para explicar as transformações das formas de exercício do poder punitivo nas sociedades ocidentais. Estas passaram de um modelo de "punição-espetáculo" para a criação de instituições disciplinares – prisões, escolas e hospitais. Ver: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. SP: Martins Fontes, 2005.

**[2]** O último relatório do Infopen/Depen foi publicado em dezembro de 2017.

**[3]** ANDRADE, Vera Regina Pereira. "Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão." Rio de Janeiro: Revan, 2012; LEAL, Jackson Silva. Sobrecargas de planos de opressão e o encarceramento feminino no Sul do Rio Grande do Sul. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero v. 4 n.1. jan/jul. UEPG, 2013. pp. 36-47; MENDES, Soraia da Rosa. "(RE)PENSANDO A CRIMINOLOGIA: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista." Tese de

Doutorado PPGD UNB, Brasília, 2012; ZACCONE, Orlando. Acionistas do Nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2008, entre outros.

**[4]** Infopen/Depen. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Infopen Mulher, 2017.

**[5]** Lei 11.343, publicada em 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad e prescreve medidas para prevenção do uso indevido e estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95503/lei-de-toxicos-lei-11343-06>; Acessado em: 16/07/18.

**[6]** A Lei 11.343/06 foi também chamada de Lei de Drogas pela Casa Civil da Presidência da República pelo fato de ter, entre outros pontos, instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

**[7]** Depen/Infopen. "Infopen Mulheres", 2018. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf); Acessado em: 16/07/18.

**[8]** CHERNICHARO, Luciana e BOITEUX, Luciana. "Encarceramento Feminino, Seletividade Penal e Tráfico de Drogas em uma perspectiva feminista crítica." In: VI Seminário Nacional de Estudos Prisionais e III Fórum de Vitimização de Mulheres no Sistema de Justiça Criminal no Grupo de trabalho "Punição, Prisão e Gênero" na Universidade Federal do ABC, 2014. p. 3.

**[9]** Conforme indicou Drauzio Varella, em "Prisioneiras", a participação de mulheres em funções de gerente e de "donas de morro", corresponde a uma pequena parcela das condenações no Sistema Penal brasileiro.

**[10]** Jornal Extra, "Número de presos no Rio se estabiliza com baixa taxa de retenção." RJ, 01/07/18. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/numero-de-presos-no-rio-se-estabiliza-com-baixa-taxa-de-retencao-22840452.html>. Acessado em: 10/07/2018.

**[11]** HERINGER, Carolina. "Número de presos no Rio se estabiliza com baixa taxa de retenção." Jornal Extra. RJ, 01/07/18. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/numero-de-presos-no-rio-se-estabiliza-com-baixa-taxa-de-retencao-22840452.html>. Acessado em: 10/07/2018.

**[12]** A metodologia estatística utilizada neste modelo é definida como Séries Temporais, modelo ARIMA com sazonalidade, a saber SARIMA (0,1,1)(0,1,1). Com isso, foi obtida a previsão de mulheres presas por mês até março de 2020 no estado do Rio de Janeiro.

**[13]** Tipo de prisão processual decretada antes de sentença transitada em julgado, com fim específico de se preservar o "resultado útil do processo" – evitar interferências a ele ou a fuga do investigado e possibilitar a coleta de material probatório.

**[14]** CHERNICHARO, Luciana P. "Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil." Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014. 160 pag. Disponível em <[http://www.neip.info/upd\\_blob/0001/1565.pdf](http://www.neip.info/upd_blob/0001/1565.pdf)>. Acessado em: 10/07/2018.

**[15]** BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). "Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres". 2ª Edição, Brasília. 2018. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf)>. Acessado em: 16/07/18.

**[16]** Sobre este tema ver CHERNICHARO, Luciana P. "Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil." Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2014. p. 119; e, STELLA, Cláudia. Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos. Estudos e pesquisas em psicologia. Ano 9, n. 2, p. 292-306, 2009. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a03.pdf>> Acessado em: 10/07/2018.

**[17]** Instituto Sou da Paz e Conectas Direitos Humanos, Penitenciárias são feitas por homens e para homens, 2017.

**[18]** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. "Relatório do CNJ sobre condições das crianças nascidas nas penitenciárias femininas", 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86062-brasil-tem-622-gravidas-ou-lactantes-em-presidios>>. Acessado em: 16/07/18.

**[19]** MOURA, Maria Jurena de. "Porta fechada, vida dilacerada - Mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará." Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. 2005, p. 73.

**[20]** RUEDIGER, M. A. et al. (2016). "Sobre a distribuição de creches e pobreza em território brasileiro." Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/sobre-distribuicao-de-creches-e-pobreza-em-territorio-brasileiro/>>. Acessado em: 03/07/18.

**[21]** RUEDIGER, M. A.; OLLIVEIRA, C. et al. (2017). "Educação em alvo: os efeitos da violência armada nas salas de aula." Disponível em <<http://dapp.fgv.br/educacao-em-alvo-os-efeitos-da-violencia-armada-nas-salas-de-aula/>>. Acessado em: 03/07/18.

**[22]** CUNHA, F.; HECKMAN, J. (2006). "Investing in Our Young People." Disponível em: <<http://www-news.uchicago.edu/releases/06/061115.education.pdf>>. Acessado em: 03/07/18.

**[23]** FOWLER, P., et al. (2009). "Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents." Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19144232>>. Acessado em: 03/07/18

**[24]** HAYES, J. P., VANELZAKKER, M. B., & SHIN, L. M. (2012). "Emotion and cognition interactions in PTSD: a review of neurocognitive and neuroimaging studies." Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23087624>>. Acessado em: 03/07/18

**[25]** McEWEN B.S, GIANAROS P.J. (2010). "Central role of the brain in stress and adaptation: Links to socioeconomic status, health, and disease." Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20201874>>. Acessado em: 03/07/18

**[26]** McEWEN B.S, GIANAROS P.J. (2010). "Central role of the brain in stress and adaptation: Links to socioeconomic status, health, and disease." Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20201874>>. Acessado em: 03/07/18

**[27]** POMPEU, Ana. Supremo concede HC coletivo a todas as presas grávidas e mães de crianças; ConJur. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-20/supremo-concede-hc-coletivo-presas-gravidas-maes-criancas>>. Acessado em: 17/07/18.



## **Expediente**

### **FGV DAPP**

Marco Aurélio Ruediger

Diretor

### **EQUIPE DE EXECUÇÃO**

#### **Coordenadores de Pesquisa**

Marco Aurélio Ruediger

Danielle Sanches

#### **Pesquisadores**

Andressa Contarato

Wagner de Oliveira

#### **Projeto Gráfico**

Rodrigo Cid